

O Programa Grande Carajás e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Oriental

José Otávio Magno Pires

Professor na Universidade da Amazônia (UNAMA)
Ph.D. em Planejamento Regional na Cornell University

Um forte desenvolvimento mineral e energético ocorreu na Amazônia Oriental Brasileira a partir dos anos 70 do século passado liderado pelo chamado Programa Grande Carajás (PGC), implementado pelo governo brasileiro e multinacionais do setor mineral, canalizando aproximadamente US\$15 bilhões para aquela região, em especial para o Estado do Pará.

Simth (1995:30 – minha tradução) afirmou que os impactos ambientais físicos dos empreendimentos corporativos do PGC foram “largamente localizados e de mínima significância, particularmente pelo fato de que alguns problemas de poluição d’água foram corrigidos”. Pinto (1992:105) apoiou a conclusão de Smith dizendo que a Mineração Rio do Norte (MRN) gastou o equivalente a 20% do valor histórico dos seus investimentos para corrigir a poluição no Igarapé do Batata, causada pelo errado sistema de dispersão de rejeitos do empreendimento. Rodrigues da Silva (2000) apontou que os empreendimentos do PGC não criaram qualquer impacto ambiental no meio ambiente da Amazônia Oriental que eles não pudessem corrigir, como no caso da MRN.

Mas, o fato dos empreendimentos do PGC estarem tendo revisões favoráveis a respeito dos seus impactos ambientais físicos seria suficiente para considerar que eles teriam contribuído decisivamente para a promoção do desenvolvimento sustentável no Estado do Pará? Este paper vai tentar demonstrar que não, a partir da hipótese de que, apesar dos termos favoráveis dos retrospectos ambientais destes empreendimentos, suas repercussões econômicas e sociais para a sociedade paraense como um todo foram, em geral, frustrantes e que, portanto, eles falharam em contribuir de forma decisiva para engendrar um desenvolvimento mais sustentável no Pará, se

entendermos sustentabilidade como um processo integrado composto não apenas da variável físico-ambiental, mas também de elementos sociais e econômicos.

A revisão da contribuição do PGC para a sustentabilidade do desenvolvimento no Estado do Pará começou por uma discussão teórica que procurara deixar muito claro a coerência da abordagem de desenvolvimento sustentável como um processo integrado e simultâneo de crescimento econômico, equidade, melhoria das condições educacionais e da proteção ambiental, tendo como um dos principais pontos de apoio Goldsmith e Olpadwala (1992), quando estes afirmaram que para se resolver os problemas ambientais também devem ser resolvidos, simultaneamente, os problemas sociais e econômicos e vice-versa, ou não se resolvera nenhum deles.

Em seguida farei uma análise de coerência desta abordagem de sustentabilidade com a de alguns autores que discutem este problema no caso da Amazônia. Será revisto a análise de Smith (1995) sobre sustentabilidade nesta região, particularmente sua análise sobre o impacto da pobreza sobre a floresta. Entre outros pontos, também discutirei a tese de Benchimol (1999) sobre a “limpeza” do modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus e sua proposição deste modelo como um padrão para a sustentabilidade na Amazônia, assim como as propostas de transformar a indústria da biotecnologia e farmacêutica em líderes do processo de desenvolvimento regional.

Em seguida, será feita uma revisão do aumento da produção mineral, energética e das exportações do Estado do Pará, seguida de análise do comportamento de variáveis sociais e econômicas-chaves no mesmo Estado. Para estas análises será utilizado o intervalo de tempo 1980-1995, que seria suficiente para avaliar os efeitos dos empreendimentos do PGC para a sustentabilidade em território paraense, desde que a maioria dos mesmos começaram a operar até o ano de 1985. Esta análise será feita tanto em termos absolutos como em termos relativos ao Brasil e Amazônia como um todo. Este paper terá versões em Português e em Inglês.

